

SUBSEÇÃO DIEESE-CONDSEF/FENADSEF

Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br

Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211



Relatório 45¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

24 de agosto de 2021

-

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 44)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No "item 2 Informações sobre a PEC 32" o relatório traz 5 informações, com destaque para: Informação 01 Comissão da Reforma Administrativa debate situação de militares.
- No "item 4 tramitação detalhada" são apresentadas as tramitações relativas ao dia 19/08, com destaque para o fato de que já foram apresentados <u>125 Requerimentos</u> para realização de Audiências Públicas e vários Requerimentos já foram aprovados.
- No "item 6 Enquete da PEC 32", pois são apresentados os dados até 24 de agosto da enquete relativa à PEC, <u>com destaque para o</u> <u>fato de que já foram mais de 200 mil votos contrários à PEC 32</u> (92% do total de votos computados)
- No "item 7 Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL, foi inserido o LINK que dá acesso às <u>transmissões das</u> <u>reuniões e Audiências Públicas</u> ocorridas na Comissão Especial.
- Foi acrescido a esse Relatório da PEC 32, o <u>item 8</u> Acesso aos <u>documentos e apresentações</u> ocorridas nas reuniões da Comissão Especial, <u>inclusive com as apresentações do dia 18 de agosto</u>.
- No item 9 Agenda do dia, previsão de Audiência com o tema: Forças Armadas, Militares dos Estados e do DF e Políticas de Segurança no dia 24/08 às 15h00.

2 - Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – <u>Comissão da Reforma Administrativa debate situação</u> <u>de militares</u>

Militares estão entre as categorias excluídas da reforma administrativa

24/08/2021 - 08:41

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta de reforma administrativa (<u>PEC 32/20</u>) realiza nova audiência pública nesta terça-feira (24) para discutir a situação das Forças Armadas e dos militares dos estados e do Distrito Federal.

A PEC altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos, modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa

Ao apresentar o plano de trabalho do colegiado em junho, o relator, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), reconheceu que o tema que gera maior cobrança é sobre as categorias não incluídas na reforma administrativa: juízes, membros do Ministério Público, membros dos tribunais de Contas, titulares de mandatos eletivos e militares. "As pessoas que estão na PEC se sentem prejudicadas por essas categorias não estarem incluídas. Esse é um tema que teremos de enfrentar aqui, porque é recorrente na imprensa", afirmou o relator na ocasião.

Debatedores

Foram convidados para discutir o assunto com os parlamentares:

- o advogado da União e consultor jurídico do Ministério da Defesa, Idervânio da Silva Costa;
- o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) do Brasil, Rodolfo Queiroz Laterza;
 - a diretora de Programas do Instituto Igarapé, Melina Risso;
- o dirigente da Comissão Norte e Nordeste de Guardas Municipais (Conneguam), Fernando Lourenço da Silva Neto;
- o presidente do Sindicato dos Servidores da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (Sisguario), Rogério Chagas;
- o antropólogo e pesquisador do LAV/UERJ e coronel da reserva da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Robson Rodrigues.
 - Confira a lista completa de convidados

A reunião será realizada às 15 horas, no plenário 7.

A audiência foi proposta pelos deputados <u>Perpétua Almeida (PCdoB-AC)</u>, <u>Rogério Correia (PT-MG)</u>, <u>Darci de Matos (PSD-SC)</u>, <u>Paulo Teixeira (PT-SP)</u>, <u>Lincoln Portela (PL-MG)</u>, <u>Márcio Labre (PSL-RJ)</u> e Evair Vieira de Melo (PP-ES).

A comissão

A Comissão da Reforma Administrativa <u>foi instalada no dia 9 de junho</u>. Ela é presidida pelo deputado <u>Fernando Monteiro (PP-PE)</u>.

O presidente da Câmara dos Deputados, <u>Arthur Lira (PP-AL)</u>, já disse que <u>espera votar a</u> proposta no Plenário da Casa até o final de agosto.

• <u>Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição</u>

Da Redação - ND

Fonte: Agência Câmara de Notícias (https://www.camara.leg.br/noticias/797953-comissao-da-reforma-administrativa-debate-situacao-de-militares/)

Informação 02 - Comissão da Reforma Administrativa promoveu seminário com sindicatos em Sergipe

23/08/2021 - 08:10

A Comissão Especial da Reforma Administrativa (<u>PEC 32/20</u>) promoveu um seminário regional nesta segunda-feira (23) no Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado de Sergipe.

A Proposta de Emenda à Constituição, originária do Poder Executivo, propõe a alteração de dispositivos que tratam sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta dos três Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Entenda a proposta de reforma administrativa do governo.

Foram convidados para o seminário:

- a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica de Sergipe, Ivonete Alves Cruz;
- a presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais de Sergipe, Itanamara Guedes Cavalcante; e
- o coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social de Sergipe, Joaquim Antônio Ferreira de Souza.

O deputado <u>João Daniel (PT-SE)</u> coordenou os debates.

Hora e local

O seminário ocorreu às 9 horas, na sede da entidade sindical, localizada na Rua Vila Cristina, 222, Bairro São José, em Aracaju.

Da Redação – RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias (https://www.camara.leg.br/noticias/797105-comissao-da-reforma-administrativa-promove)

Informação 03 – <u>Comissão da reforma administrativa realizou seminário</u> regional em Pernambuco

20/08/2021 - 07:29

A Comissão Especial da Reforma Administrativa promoveu nesta sexta-feira (20) mais um seminário regional, desta vez na Assembleia Legislativa de Pernambuco, com o tema "A <u>PEC</u> 32/20 e o Estado Brasileiro".

O evento foi realizado às 9h30, em Recife, na sede do poder legislativo estadual. O coordenador do debate foi o deputado Milton Coelho (PSB-PE).

• Entenda a proposta de reforma administrativa do governo.

Foram convidados para o seminário:

- o presidente da comissão especial, deputado Fernando Monteiro (PP-PE);
- o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, deputado Eriberto Medeiros (PP);
- o professor titular de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti;
- o auditor do Tribunal de Contas do Estado e ex-secretário de Assuntos Jurídicos do Recife, Cláudio Ferreira; e
- o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Fernando da Silva Filho.

Da Redação - RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias (https://www.camara.leg.br/noticias/796249-comissao-da-reforma-administrativa-realiza)

Informação 04 – Comissão debateu privatização do Serpro e da Dataprev

18/08/2021 - 22:26

Dataprev está no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública na sexta-feira (20) sobre a privatização do Serpro e da Dataprev.

O debate ocorreu às 14h30, no plenário 12, com transmissão interativa pelo edemocracia.

O pedido para realização da audiência é dos deputados <u>Erika Kokay (PT-DF)</u> e <u>Carlos Veras (PT-PE)</u>. Eles destacam a relevância de ambas as empresas para a manutenção e garantia do sigilo e a segurança de dados estratégicos para o Estado brasileiro, para empresas e cidadãos em geral. "Como o sigilo fiscal dos contribuintes, informações do comércio exterior, segurança pública", exemplificam.

Eles consideram fundamental debater o tema. "Sob pena de o atual governo inviabilizar duas empresas que são altamente lucrativas, competitivas e geradoras de desenvolvimento e que têm se destacado nos últimos anos pelos resultados financeiros alcançados".

Foram convidados para o debate:

- a diretora de assuntos jurídicos da Federação Nacional dos Empregados em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares (Fenadados), Débora Rodrigues;
- a representante da Frente Nacional dos Trabalhadores em Informática (FNI), Vera Guassu:

- o procurador da República e coordenador do Grupo de Trabalho Tecnologia da Informação e Comunicação da Câmara de Consumidor e Ordem Econômica do Ministério Público Federal, Alexandre Assunção e Silva, entre outros.
 - O Diretor Técnico do DIEESE Fausto Augusto Júnior

Confira a lista completa de convidados.

Da Redação - GM

Fonte: Agência Câmara de Notícias (https://www.camara.leg.br/noticias/796266-comissao-debate-privatizacao-do-serpro-e-da-dataprev/)

Informação 05 – <u>Trabalhadores da saúde e da educação pedem na</u> Câmara o arquivamento da reforma administrativa

Relator anunciou um novo substitutivo para a próxima semana

18/08/2021 - 15:03

Representantes de trabalhadores do setor público pediram à Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (18), o arquivamento da reforma administrativa prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Executivo. Eles participaram de audiência pública na comissão especial da Casa que analisa a matéria.

Entenda a proposta de reforma administrativa do governo

A PEC modifica diversos dispositivos constitucionais sobre a contratação, a remuneração e o desligamento de servidores e empregados públicos da União, de estados, do Distrito Federal e de municípios. As principais alterações são o fim da estabilidade no emprego para novos contratados, exceto os de carreiras definidas como típicas de Estado, e a substituição do atual estágio probatório por uma avaliação de desempenho ainda na fase final do concurso público.

Representando o Conselho Nacional de Saúde – instância colegiada do Ministério da Saúde que reúne usuários, trabalhadores, gestores e prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde (SUS) –, a conselheira Francisca da Silva disse que o CNS aprovou no começo deste mês um documento recomendando o arquivamento da PEC pela comissão especial.

Segundo ela, a PEC 32/21 propõe um "radical e profundo desmonte" do Estado brasileiro. "Sua aprovação representa uma quebra de contrato de direito constitucional, o desmonte das políticas atuais, com redução do acesso a serviços públicos, que certamente terão a qualidade comprometida", disse.

Impessoalidade

Francisca da Silva criticou, por exemplo, o novo modelo de contratação que prevê o contrato de experiência como fase final do concurso público, em substituição ao estágio probatório. "É uma espécie de adicional de seleção que rompe com a impessoalidade. O trabalhador poderá não ser efetivado caso exista interesse na contratação de algum apadrinhado político que esteja atrás na classificação", observou.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Heleno Araújo Filho, rebateu a ideia do governo federal de que a PEC vai reduzir os gastos públicos e tornar o Estado mais eficiente. Para ele, a economia deve servir às pessoas e não o contrário.

"Por que 11 brasileiros se tornaram bilionários durante a pandemia? Precisamos descentralizar e não concentrar recursos nas mãos de poucos. Precisamos fazer com que a economia atue para as pessoas", defendeu Araújo Filho. Segundo ele, a PEC 32/21 deve ser rejeitada por restringir os direitos da população e de servidores públicos e por transformar o Estado brasileiro "em um grade balcão de negócios".

O debate sobre o impacto da reforma administrativa nos serviços públicos de saúde e educação foi proposto pelos deputados <u>Rogério Correia (PT-MG)</u>, <u>Alice Portugal (PCdoB-BA)</u> e <u>Perpétua Almeida (PCdoB-AC)</u>.

Novo substitutivo

Correia disse que a reunião trouxe elementos para que o relator da PEC, deputado <u>Arthur Oliveira Maia (DEM-BA)</u>, modifique a proposta ou recomende sua rejeição. "Os salários maiores estão fora da reforma. A reforma vai cortar de quem ganha menos", disse Correia. O texto da PEC não atinge magistrados, militares nem integrantes do Ministério Público e do Poder Legislativo. Maia já anunciou que apresentará um novo substitutivo na próxima semana.

A deputada Alice Portugal, por sua vez, destacou que nesta quarta-feira ocorrem diversos atos em todo o País contra a aprovação da PEC 32/20, um deles em frente à Câmara dos Deputados. As manifestações fazem parte do Dia Nacional de Protestos e Paralisações contra a PEC 32/20.

"Hoje acontecem manifestações de grande porte de servidores públicos e das centrais sindicais em todo o País. Esse movimento é uma alento, porque o texto não reforma o Estado, ele prejudica os servidores e os serviços de segurança, saúde e da segurança pública em todos os níveis", disse a deputada.

A prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão, ex-deputada federal, considera a PEC um retrocesso. "Ao trabalhar para desconstruir o serviço público nacional, estamos adotando uma posição lesiva ao futuro do País", disse. Ela considera que é preciso atualizar o serviço público, incorporando a ele inovações tecnológicas, mas entende que a PEC do governo, ao contrário, busca "atacar o papel do Estado".

Por outro lado, o secretário-geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Miguel Coelho, defendeu a flexibilização das formas de contratação no serviço público e liberdade para os gestores remunerarem seus trabalhadores públicos conforme o serviço prestado.

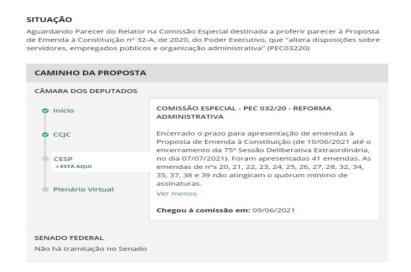
"No serviço público a gente fica um pouco engessado para fazer algumas correções remuneratórias e relacionadas ao contrato de trabalho", disse. Coelho, no entanto, disse que a Frente defende uma reforma que não viole direitos dos atuais trabalhadores.

Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição

Reportagem - Murilo Souza - Edição - Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias (https://www.camara.leg.br/noticias/795993-trabalhadores-da-saude-e-da-educacao-pedem-na)

3 - Situação atual que se encontra (Comissão Especial da PEC 32)





Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083

4 - Tramitação detalhada

19/08/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220)

- Apresentação do Requerimento n. 124/2021, pelo Deputado Professor Israel Batista (PV/DF), que "Requer o adiamento de discussão e votação da PEC nº 32, de 2020, até o recebimento dos estudos contendo a metodologia de cálculo da projeção da suposta redução de gastos públicos em caso de aprovação da proposta". Inteiro teor
- Apresentação do Requerimento n. 125/2021, pelo Deputado Professor Israel Batista (PV/DF), que "Requer à Comissão Especial que solicite ao Tribunal de Contas da União o envio dos estudos da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Economia contendo a metodologia de cálculo que fundamentem a projeção de redução de gastos públicos, no longo prazo, em caso de aprovação da PEC nº 32, de 2020, requeridos pelo TCU no processo nº 016.435/2021-4 daquele Tribunal". Inteiro teor

5 - Enquete da PEC 32

Página Inicial / Atividade Legislativa / Projetos de Lei e Outras Proposições / PEC 32/2020

Acesse a nova versão da ficha de tramitação

mais fácil de entender



Cadastrar para acompanhamento | Versão anterior da ficha | Versões para impressão

PEC 32/2020 | Inteiro teor

Proposta de Emenda à Constituição

Situação: Aguardando Instalação de Comissão Temporária; Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

Acessóri de:



Sessões e Reuniões

25/05/2021 - 06h00 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual)

VOTE NA ENQUETE - COMO ACESSAR:

https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083



6 - Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado) - 24 de agosto

ENQUETE DA PEC 32/2020



FONTE: https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

 ${\bf ACESSE:} \underline{https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc}$

ASSISTA

Obs: Para acessar as apresentações realizadas pelos palestrantes e debatedores, basta colocar o cursor no título da Audiência Pública e acessar a página respectiva que contém a apresentação desenvolvida.



Efeitos da Reforma nas Políticas Públicas de Educação e Saúde



Efeitos Sobre os Atuais Servidores Federais, Estaduais e Municipais



Situação dos Empregados Públicos na Reforma



Regime Próprio de Previdência Social

TRANSMISSÕES

ACESSE:https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/pesquisa-avancada/resultadoSinais?assunto=&comissao=538928&tipo=&local=&orador=&periodo=1&dataIni=01/01/2021&dataFin=31/12/2021&form.submitted=1&form.button.pesquisar=Pesquisar

8 – Acesso aos documentos e apresentações ocorridas nas reuniões da Comissão Especial da PEC 32

Obs: Para acessar as apresentações realizadas pelos palestrantes, basta colocar o cursor no nome da/o participante e acessar a página respectiva que contém a apresentação desenvolvida na Audiência Pública.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência Pública de 18/08/2021: Efeitos da reforma nas políticas públicas de educação e saúde

• Francisca Valda da Silva, Conselheira Nacional de Saúde - CNS

Audiência Pública de 17/08/2021: Situação dos empregados públicos na reforma

- <u>Kleber Cabral</u>, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO Nacional
- Antônio Geraldo de Oliveira Seixas, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil - Sindireceita
- Conrado Tristão, Coordenador da Sociedade Brasileira de Direito Público SBDP

Audiência Pública de 11/08/2021: Situação dos empregados públicos na reforma

- Maria da Penha Barbosa da Cruz, Diretora de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia
- Maria Rita Serrano, Membro do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

Audiência Pública de 10/08/2021: Regime próprio de previdência social

- <u>Theodoro Vicente Agostinho</u>, Advogado e Coordenador da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da EBRADI
- <u>Décio Bruno Lopes</u>, Presidente da Associação da Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP

Audiência Pública de 05/08/2021: Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos

 <u>Ismar Viana</u>, Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC

Audiência Pública de 04/08/2021: Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança

- <u>Fabio Faiad Bottini</u>, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL:
- Weber Sutti, Diretor da Fundação Lemann;
- Rodrigo Keidel Spada, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE;
- Iracema Keila Castelo Branco, Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul.

Audiência Pública de 03/08/2021: Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado

- <u>Cibele Franzese</u>, Professora da Fundação Getúlio Vargas FGV;
- <u>Unadir Gonçalves Junior</u>, Presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal – FEBRAFISCO.

Audiência Pública de 14/07/2021: Condições para Aquisição de Estabilidade no Serviço Público

- <u>Leonardo José Mattos Sultani</u>, Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;
- <u>Leonardo Secchi</u>, Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública -SBAP;

 Alketa Peci, Professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE-FGV.

Audiência Pública de 13/07/2021: Concurso público e vínculo de experiência

- <u>Felipe Drumond</u>, Consultor da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa;
- <u>Lademir Gomes da Rocha</u>, Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE;
- <u>José Celso Pereira Cardoso Junior</u>, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea - AFIPEA.
 - Artigo: PEC 32/2020 e a volta do Estado liberal-patrimonial-oligárquico no Brasil

Artigo: Concursos Públicos, Profissionalização Burocrática e Desempenho Institucional: Reforma administrativa CF/1988 versus PEC 32/2020 Artigo: A Estabilidade Funcional dos Servidores nos Cargos Públicos

Audiência Pública de 06/07/2021: Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos

- Renata Gil de Alcantara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
- Clóvis dos Santos Andrade, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI
- <u>Daniel Mitidieri Fernandes de Oliveira</u>, Procurador Municipal e Advogado no Rio de Janeiro

Audiência Pública de 30/06/2021: Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela Administração Pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo do § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo do art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição)

 <u>Bráulio Cerqueira</u>, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - UNACON

Audiência Pública de 22/06/2021: Inovação na Administração Pública

- Caio Mario Paes de Andrade. Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia
- <u>Pedro Pontual</u>, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - ANESP
- Diogo Costa, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública ENAP
- Élida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo
- José Henrique Nascimento, Líder de Causas no Centro de Liderança Pública CLP

9 - Agenda do dia de hoje da COMISSÃO ESPECIAL

• ATIVIDADE PREVISTA PARA O DIA 24 DE AGOSTO na Comissão Especial

Tema:

Forças Armadas, Militares dos Estados e do DF e Políticas de Segurança Local:

Anexo II, Plenário 07

Início:

24/08/2021 às 15h00

Situação:

Convocada

Informações:

A - Audiência Pública

Tema: Forças armadas, militares dos Estados e do Distrito Federal e políticas de segurança pública

IDERVÂNIO DA SILVA COSTA, Advogado da União e Consultor Jurídico do Ministério da Defesa (REQs 108 e 109/21);

RODOLFO QUEIROZ LATERZA, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil (REQs, 16, 18 e 63/21);

MELINA RISSO, Diretora de Programas do Instituto Igarapé (REQ 111/21);

FERNANDO LOURENÇO DA SILVA NETO, Dirigente da Comissão Norte e Nordeste de Guardas Municipais - CONNEGUAM (REQs 75 e 78/21);

ROGÉRIO CHAGAS, Presidente do Sindicato dos Servidores da Guarda Municipal do Rio de Janeiro - SISGUARIO (REQ 110/21); e

ROBSON RODRIGUES, Antropólogo e pesquisador do LAV/UERJ e Coronel da reserva da PMERJ (REQ 105/21).

(Requerimento nº 16/2021, da Dep. Perpétua Almeida)

(Requerimento nº 18/2021, do Dep. Rogério Correia e outros)

(Requerimento nº 63/2021, do Dep. Darci de Matos)

(Requerimento nº 75/2021, do Dep. Paulo Teixeira)

(Requerimento nº 78/2021, do Dep. Lincoln Portela)

(Requerimento nº 105/2021, do Dep. Professor Israel Batista)

(Requerimento nº 108/2021, do Dep. Márcio Labre)

(Requerimento nº 109/2021, do Dep. Evair Vieira de Melo)

(Requerimento nº 110/2021, do Dep. Felício Laterça)

(Requerimento nº 111/2021, do Dep. Tiago Mitraud)

B - Deliberação de Requerimentos (estão sujeitos a pauta os requerimentos apresentados com antecedência de 24 horas à reunião)